

A Colonização Oriental e os processos de reformulação rural em Brandemburgo (séculos XII–XIV)

The German East Colonization and the processes of the rural change in Brandenburg (XIIth–XIVth centuries)

Álvaro Mendes Ferreira¹

Resumo

Talvez a mais importante mudança promovida pela Colonização Oriental (*Ostsiedlung*) tenha sido a difusão e a consolidação do regime senhorial, que transformou a paisagem rural além do Rio Elba. O típico vilório eslavo foi superado pela aldeia planejada, que era mais populosa, mais dependente de cerealicultura, organizada em lotes (*mansus*) e empregava rotação de campos. A partir da análise de fontes escritas (sobretudo o censal de 1375 a mando do Sacro Imperador Carlos IV e de documentos cartoriais compilados no *Codex Diplomaticus Brandenburgensis*) bem como dos estudos arqueológicos disponíveis na literatura, procuraremos esquadriñar os dois principais processos de transformação do espaço rural em Brandemburgo: a absorção dos vilórios eslavos pelas aldeias cerealíferas alemãs e a reestruturação endógena dos assentamentos eslavos em aldeias cerealíferas de feição alemã. Nossa hipótese principal é que os assentamentos eslavos cerealíferos foram aqueles que, por suas homologias estruturais, sofreram mais precoce e intensamente as influências da aldeia alemã, promovendo no seu bojo a germanização dos nativos, enquanto os vilórios extrativistas puderam ocupar nichos econômicos onde a hegemonia germânica não se fazia sentir e puderam resistir por mais tempo à aculturação. Uma hipótese secundária é que a aculturação dos eslavos dentro da aldeia alemã foi favorecida por sua presença significativa como cabaneiros, posição social inferior derivada, sobretudo, de limitações materiais para a exploração plena como cerealicultor. Concluímos pela importância de se entender, para o medievo e além, os processos de aculturação no seu vínculo com a resistência camponesa à senhorialização.

Palavras-chaves: Colonização Oriental (*Ostsiedlung*); senhorio; assentamentos rurais; Marca de Brandemburgo.

Abstract

Perhaps the most important change brought about by the German East Colonization (*Ostsiedlung*) was the diffusion and consolidation of the manor beyond the Elbe. The typical Slavic hamlet was superseded by the German planned village, which was more populous, more dependent on cereal farming, was organized in hides and employed crop rotation. By means of written sources (especially the 1375 manorial survey at the behest of the Holy Emperor Carl IV and notarial acts in the *Codex Diplomaticus Brandenburgensis*) as well as archaeological studies, we will look upon the two main processes of transformation of the Brandenburg country: the incorporation of the Slavic hamlets into the German villages and the endogenous restructuring of the Slavic cereal farming settlements into German-style villages. Our primary hypothesis is that the Slavic cereal farming settlements, due to structural homologies, suffered influences from the German villages earlier and more intensely than the fishing and extractivist hamlets which, occupying a different economic and ecological niche, managed to resist acculturation for a longer time. A secondary hypothesis is that the acculturation within the German village was speeded up by the significant presence of Slavs as cotters. We conclude stressing, for the Middle Ages and even latter centuries, the importance of understanding acculturation in connection with peasant resistance to manorialism.

Keywords: German East Colonization (*Ostsiedlung*); manorialism; rural settlements; March of Brandenburg.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Historiador no Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj). E-mail: alvarofigueiro@yahoo.com.br.

Introdução

A Colonização Oriental (*Ostsiedlung*) tem sido pouco tratada na medievalística brasileira. Este artigo propõe-se, portanto, a apresentar as linhas gerais do processo, cuja comparação com outros movimentos de expansão da sociedade feudal, como a Reconquista Ibérica – bem mais conhecida na nossa historiografia –, poderá ser muito profícua. A essa exposição sumária da Colonização Oriental dedicamos a primeira seção do artigo, que também trata das problemáticas imbricações entre historiografia e nacionalismo.¹

A segunda seção, após esboçar a colonização germânica da Marca de Brandemburgo a partir de sua fundação em 1157, propõe-se a estudar, a partir de fontes arqueológicas e escritas (censuais, crônicas, forais e documentos cartoriais), como ocorreu a reformulação do espaço rural brandemburguês até o fim do século XIV. Nossa hipótese central correlaciona a aculturação dos eslavos à maior ou menor homologia dos assentamentos nativos com a aldeia cerealífera planejada alemã: quanto mais dependente da cerealicultura era um assentamento eslavo, mais rapidamente ele tendia a reformular-se ao feitio da aldeia alemã e, concomitantemente, a germanizar-se; por outro lado, os assentamentos organizados em atividades econômicas extrativistas, como pesca e exploração florestal, tendiam a resistir à reformulação, de maneira que neles, até o fim do século XIV, perduraram de maneira mais clara traços culturais que permitiram às fontes coevas caracterizar seus habitantes como eslavos. Também abordaremos o processo de aculturação dos eslavos a partir da estratificação social dentro da aldeia cerealífera. Concluímos com uma breve reflexão sobre a relação entre resistência camponesa ao processo de senhorialização e de aculturação.

A Colonização Oriental

A partir do ano 1000, a Europa Ocidental vivencia crescimento populacional a taxas incomuns aos regimes demográficos pré-industriais. A curva da expansão acentua-se no século XII, retardando-se apenas em fins da centúria seguinte para ruir estrondosamente a partir de 1347 com irrupção da Peste Negra. No breve intervalo entre 1000 e 1300, demógrafos estimam que a Europa Ocidental saltou de 23 milhões de habitantes para 50 milhões (HENNING, 1994, p. 13; FOSSIER, 1970, p. 118-119). A expansão foi tão significativa que certas regiões atingiram densidades demográficas que nunca mais voltariam a ser repetidas. As manifestações de tal crescimento foram múltiplas: num plano mais mezinho, a arroteia de florestas e charnecas, a drenagem de pântanos, a construção de pôlderes nos Países Baixos, a ocupação de

terras marginais, a construção dos grandes templos góticos; num plano mais amplo, as Cruzadas, a Reconquista na Península Ibérica e a Colonização Oriental (*Ostsiedlung*) (RÖSENER, 1985, p. 50).

Por Colonização Oriental entende-se o movimento emigratório de centenas de milhares de alemães para os territórios a leste dos rios Elba e Saale, regiões habitadas por povos falantes de línguas eslavas e, mais restritamente, bálticas ou fino-úgricas. A emigração germânica começou timidamente em meados do século X, mas só veio a ganhar grande impulso nos séculos XII e XIII. Entre os emigrantes, preponderavam os oriundos das zonas onde se falavam os diversos dialetos alemães – sobretudo, do médio-baixo-alemão –, mas também estavam presentes flamengos, dinamarqueses e suecos. Para fins de comodidade, neste artigo nos referiremos a esse grupo de emigrantes simplesmente como “alemães” e “germânicos”. Embora o entendimento predominante hoje seja o de que a implantação do colono germânico não tenha significado o extermínio da população balto-eslava, de modo que a colonização se teria desenrolado num vácuo demográfico (HOERDER, 2010, p. 31-33), é inegável que sobretudo nas zonas onde se instalou a hegemonia de uma aristocracia germânica por meio de campanhas militares, como na Prússia, o processo se revestiu de caráter de conquista e resultou em mecanismos de discriminação contra a população nativa.

Entre as consequências da migração germânica, esteve a expansão e a consolidação para a Europa Oriental das estruturas sociais existentes mais à oeste (p. ex., Igreja Católica, senhorio, feudalismo, novos regimes agrários, economia mais monetarizada). Embora a historiografia mais recente não considere que as vagas migratórias tenham sido caudalosas (teriam sido 200.000 imigrantes no século XII e outros tantos no seguinte), o impacto do colono alemão foi grande e, em certas zonas, tão significativo a ponto de ter desembocado na germanização quase integral da população nativa, produzindo aquilo que se conhece como *Germania Slavica*, a Alemanha surgida sobre o substrato eslavo (RÖSENER, 2006, p. 327; SCHLESINGER, 1975, p. 23-24). A própria capital alemã, Berlim, situa-se em território dessa *Germania Slavica* e o mesmo se podia dizer daquele reino que veio a unificar a Alemanha como Estado moderno, a Prússia.

Por volta do ano 1000, de forma geral os eslavos eram ainda pagãos, seminômades, não contavam com uma estratificação social pronunciada, praticavam agricultura incipiente, dedicavam-se com mais intensidade à pecuária, à pesca e ao extrativismo, resultando em densidades demográficas inferiores às da Europa Ocidental. Em vários aspectos, essas sociedades eslavas assemelhavam-se às germânicas do começo da Era Cristã. E, da mesma

forma como o mundo germânico incorporou e reelaborou as instituições romanas, nos séculos IX e X assiste-se um movimento tímido de “aproximação estrutural” da Europa Oriental à sociedade feudal (SCHICH, 1992). Surgem uns poucos núcleos de centralização política, como o Grande Império Morávio, o Reino da Polônia e o Principado de Kiev. A influência ocidental na organização dessas monarquias, sobretudo na zona onde as conversões se fizeram sob o catolicismo romano e não sob o cristianismo ortodoxo, manifesta-se no próprio léxico que teve de pedir emprestado ao alemão e ao latim palavras para funções políticas ou estruturas de poder: do alemão derivam palavras como “rei” em serbo-croata, “duque” em russo e “lote” em várias línguas eslavas (GIMBUTAS, 1970, p. 149).² No século XI, intensifica-se a emergência de principados eslavos (obodritas, polabianos, pomerânios etc.), sobretudo na fronteira com os seus homólogos germânicos.

Essa integração da Europa Oriental dentro do sistema de trocas – simbólicas e materiais – do feudalismo só pôde ocorrer pela disseminação da célula econômica do período: o senhorio rural (RÖSENER, 1997, p. 106; FOSSIER, 1970, p. 145) – e o senhorio rural que transitava de uma modalidade dominial, em que a *terra indominita* era vasta, a sujeição pessoal dos servos era severa e a corveia era principal forma de extração de sobretrabalho, para uma modalidade rentista, que provavelmente foi um dos principais fatores para o desenvolvimento econômico e demográfico experimentado na Idade Média Central. O senhorio rentista caracteriza-se por: *a*) produção rural fortemente reorientada para cerealicultura (*Vergetreidung*, “cerealização”); *b*) o controle da produção pelo próprio camponês; *c*) lotes maiores em função de incremento técnico que permitia cultivar áreas mais extensas; *d*) vínculo pessoal mais frouxo com o senhor; *e*) generalização da rotação trienal onde climaticamente eram factíveis duas safras anuais; *f*) a concentração demográfica em aldeias (*Verdorfung*, “aldeamento”); *g*) a generalização de paróquias nas aldeias; *h*) o surgimento de instâncias aldeãs de controle social, que, entre outras tarefas, regulavam a rotação dos campos; e *i*) incremento da economia monetária (KUCHENBUCH, 2003).

Seguindo o modelo *pull and push* para explicar as migrações, a difusão do senhorio rentista propiciou excessos demográficos em certas zonas quer pela impossibilidade de expansão horizontal do espaço cultivável, quer pelas restrições dos regimes de herança integral. Nesse último aspecto, mencionemos que, pela Alemanha, preponderava a *Anerbe*, que excluía a subdivisão do lote, obrigando os secundogênitos a se submeterem ao irmão mais velho ou a irem buscar terras noutra lugar (HENNING, 1994, p. 38-40). Esses eram os fatores favoráveis à emigração pelos alemães. Os fatores favoráveis à imigração para além do Elba eram a

disponibilidade de terras férteis ainda por se cultivar e os incentivos oferecidos pelos senhores aos colonos. Havia terras a cultivar, porque a densidade demográfica era ainda baixa e porque os escravos favoreciam os solos arenosos por não terem ainda generalizado técnicas e tecnologias para drenar e lavrar os solos mais férteis, argilosos e amiúde encharcados. Não à toa o lote típico da Colonização Oriental seria chamado de “flamengo” (*flämische Hufe*) pelo papel dos imigrantes dos Países Baixos, já então peritos em secar pântanos (ESCHER, 1987, p. 318-319). Também atraindo os colonos estavam as vantagens como lotes maiores (o lote flamengo, orçado em 16 hectares, era o dobro do usual), menos exações senhoriais, corveias quase nulas.

Para a arregimentação dos colonos e a criação da aldeia, o senhor geralmente contratava os serviços de um *locator* (conhecido na Alemanha meridional como *Reutmeister* e na Pomerânia como *possessor*, geralmente um pequeno nobre, um *ministerialis*, mesmo um burguês, mais raramente um camponês abastado) que, em paga dos seus serviços, recebia benefícios como lotes isentos de ônus senhoriais, algumas prestações dos camponeses, o direito a explorar a taverna e/ou a chefia da aldeia (*praefectura, Schultheiß, Meierei*). Como tais aldeias eram fruto de planejamento, a própria interrelação espacial entre lares, agros, pastos, baldios, igreja paroquial etc. seguia uma lógica prévia, em muitos casos até hoje discernível (p. ex., as *Angerdörfer*, onde o casario rodeava um rossio geralmente elipsoidal em cujo centro se encontrava a igreja paroquial e os pastos comunais, às vezes um viveiro de peixes e outras construções; ou as *Straßendörfer*, onde o casario se alinha nos lados de uma rua).³

O fato de a aldeia nascer praticamente pronta a partir da iniciativa do senhor e do plano do *locator* – há autores que os consideram, talvez com exagero, quase especuladores imobiliários (SCHLESINGER, 1975, p. 26-27) – implica em que aquelas transformações que no senhorios da Europa Ocidental tinham de ocorrer de forma orgânica, com idas e vindas, com conflitos e negociações (p. ex., a concentração das moradias na aldeia ou a organização dos campos para o sistema trienal), puderam implantar-se na Europa Oriental sem resistência de estrutura prévias, pois o senhorio inexistia ou era muito embrionário. Há consenso na historiografia em considerar que foram nas zonas coloniais do Leste Europeu onde não só o senhorio rentista se apresentou na sua roupagem mais completa como também onde o campesinato fruiu de melhores condições (PERKINS, 1986, p. 292; CERMAN, 2014). Perry Anderson – retomando as teses sobre o caráter dinamizador da fronteira por Frederick Jackson Turner e por James Westfall Thompson – observou um paralelo com o capitalismo, que pôde envergar as vestes mais modernas não na Europa, cheia de vestígios feudais, mas nas regiões “abertas”, “de fronteira” como os Estados Unidos e a Austrália (ANDERSON, 1982, p. 243).

Se há regiões como a Península Ibérica, onde houve colonização por iniciativa exclusiva dos camponeses (*presúria, presura, aprisio*) (MÍNGUEZ FERNÁNDEZ, 1985, p. 15-18; RUCQUOI, 1993, p. 136), no Leste Europeu a implantação de agricultores sempre é promovida por um grande potentado como margrave ou arcebispo ou por uma ordem religiosa ou por um aristocrata de menor envergadura. O principal móvel parece ser a geração de rendas monetárias e cerealíferas: nos territórios orientais, na fundação de aldeias, ao contrário do Oeste, não se preveriam sequer pastos. A interrelação entre o promotor da colonização, que podia ser tanto alemão quanto eslavo, e a natureza do colono serão determinantes para a complexa evolução política e para a dramática emergência dos Estados-nações orientais no século XX.

Desde 948 as elites germânicas tentavam penetrar em território eslavo com a fundação dos bispados de Brandemburgo e de Havelberg, ambos sufragâneos a Magdeburgo. As tentativas de se impor tributos aos eslavos, ainda pagãos, foi repelida em 983, mas no século seguinte as emergentes aristocracias eslavas dos territórios fronteiriços ao Sacro Império começam a se germanizar. Em 1147 é deflagrada, no bojo da Segunda Cruzada, uma campanha organizada contra os eslavos pagãos (o que, como era de se esperar, não poupou cidades episcopais de ataques), que mobilizou forças saxãs, dinamarquesas, suecas, e também polonesas, eslavos cristãos. Embora essa *Wendekreuzzung* tenha malogrado nos seus propósitos de conquista e de conversão, ela assinala a intensificação do processo de aculturação (CHRISTIANSEN, 1997, p. 50-72). Até meados do século XIII, uma parte significativa do território além do Elba já terá sucumbido a aristocratas alemães (os Ascânios em Brandemburgo e depois na Lusácia) ou às ordens militares germânicas (Teutônica e da Espada na Prússia e na Livônia).

Onde as estruturas de poder eram mais complexas, alguns potentados eslavos conseguiram fazer frente às agressões germânicas. Contudo a resistência da aristocracia eslava em territórios como a Polônia de modo nenhum fechou a porta aos imigrantes alemães, pois provavelmente havia a percepção de que apenas a generalização do senhorio poderia assegurar bases econômicas mais modernas e mais sólidas: na Pomerânia as aldeias planejadas se acumularam na década de 1240 justamente na faixa fronteiriça a territórios rivais como Rúgia, Meclemburgo, Polônia e, o mais agressivo de todos, Brandemburgo (KUHN, 1975, p. 235). Ao mesmo tempo, os alemães não se instalavam apenas como camponeses ou aristocratas, laicos ou eclesiásticos, mas também como comerciantes, artesãos e mesmo mineiros (gente vinda dos Montes Metalíferos para as minas boêmias). Invariavelmente as novas cidades emulavam os forais de cidades alemãs, sobretudo Magdeburgo, Lubeque ou Kulm (ENGEL, 1993, p. 85-86).

Tampouco os potentados eslavos deixavam de patrocinar a fundação de cidades alemãs almejando mais rendas como ocorreu sistematicamente na Silésia do século XIII (ZERNACK, 1975, p. 793-794).

A junção de todos esses fatores na colonização produziu, no longo prazo, quatro grande zonas étnico-culturais: *a)* Brandemburgo e Pomerânia: emigração significativa de aristocratas e camponeses da Alemanha setentrional e dos Países Baixos; substancial germanização dos eslavos já durante o medievo; *b)* Prússia e Livônia: conquista por ordens militares; componente alemão restrito às elites e à burguesia; germanização na Prússia completada no século XVIII; *c)* Boêmia, Silésia e, em certa medida, Transilvânia: colonização rural e urbana pontuada por núcleos dispersos mas bastante grandes; germanização limitada das populações nativas; *d)* Polônia e Lituânia: colonização urbana mista por alemães e eslavos com hegemonia da aristocracia balto-eslava; assimilação gradual dos alemães.

Os processos de dominação, assimilação, aculturação e resistência resultaram num panorama étnico extremamente complexo que os nacionalismos do século XIX tornaram explosivos. A relativa simplificação étnica dos atuais Estados-nações orientais decorre, em grande parte, dos brutais e vastos remanejamentos de populações após o fim da Primeira e, sobretudo, da Segunda Guerra Mundial. A historiografia não ficou imune a tais paixões nacionalistas e, a bem dizer, foi completamente distorcida por ela após o fim da Primeira Guerra Mundial, quando emergiram diversos países no Leste Europeu sem que neles estivesse resolvida a questão das minorias étnicas. Do lado alemão e austríaco, que se viram privados não só de territórios, mas também de significativas populações germanófonas, as tendências nacionalistas da historiografia descambaram para o revanchismo militarista, que, com a ascensão do nazismo, vai-se concretizar num projeto político genocida. É a Colonização Oriental que fornece não só o imaginário para as anexações e agressões no Leste, mas também o próprio vocabulário: falava-se em *Belehnung* (enfeudação) para o assentamento de colonos alemães que receberiam nos territórios conquistados um *Hufe* (o equivalente alemão do *mansus*, o lote). De fato, *Ostsiedlung* e *Drang nach Ost*, termos científicos da medievalística, foram tão abusados pela propaganda nazista que alguns estudiosos do pós-guerra sentiram a necessidade de cunhar nova expressão que não soasse comprometida: assim se tenta falar às vezes em *deutsche Ostbewegung* (“movimento alemão ao Leste”), suprimindo ademais as ideias coloniais que porventura pudessem ainda pairar.

Ainda assim, a maioria dos corifeus da história agrária alemã, que se tinham alinhado ao nazismo, jamais discutiram no pós-guerra os danos que o alinhamento ideológico produzira nos

seus trabalhos. O artigo sobre a Colonização Oriental na prestigiosíssima *Cambridge Economic History of Europe*, publicado pela primeira vez em 1941 e republicado na sua segunda edição de 1971, foi escrito por Hermann Aubin que se engajou na politização das ciências sociais sob o nazismo (DEMADE, 2008, p. 176-180). Após 1945, a historiografia dos países eslavos tampouco foi indiferente a uma instrumentalização política, pois havia o interesse em se estabelecer um vínculo dos nazistas com a nobreza guerreira que, com a Ordem Teutônica, conquistou a Prússia, como se a agressividade militar e o ódio aos eslavos fosse uma tara nacional. Houve esforço sistemático de se minimizar o papel transformador da influência alemã e vê-lo como mero processo de difusão de algumas instituições, sobretudo o direito. De positivo, a historiografia desses países, pela própria influência ideológica do comunismo, deu grande ênfase à arqueologia, ampliando bastante o leque de fontes à disposição do historiador (GÓRECKI, 2008, p. 267-274). Entretanto, o balanço final dessas diversas formas de historiografia foi torná-la bastante comprometida (GUERREAU, 1986, p. 1162).

Esforços mais sérios de enquadrar a Colonização Oriental fora de uma perspectiva nacionalista aparecem na década de 1970, culminando com a coletânea de estudos organizada por Walter Schlesinger em que a problemática se punha num âmbito europeu (SCHLESINGER, 1975). No entanto, os anos seguintes assinalam desinteresse crescente pela história econômica e mais ainda pela história agrária, que, na Alemanha, se atrofia mais ainda (RÖSENER, 2006, p. 335). Em certa medida, a reorientação geral das ciências sociais para temáticas identitárias e o projeto de integração da União Europeia poderiam ter estimulado a historiografia sobre a Colonização Oriental, que sem dúvida oferece problemas sobre etnia, aculturação e resistência. Uma coletânea de artigos de 2002 buscou o enquadramento da *Ostsiedlung* dentro do panorama da expansão centro-medieval, discorrendo sobre migrações e colonizações menos conhecidas como a sueca na Finlândia e a polonesa na Lituânia (PISKORSKI, 2002). Contudo a falta de uma base teórica comum e de um inventário das problemáticas conferem aos diversos estudos caráter caleidoscópico. Ademais, como contraposição à retórica inflamada da historiografia nacionalista, se enfatiza demasiado a cooperação sobre o conflito interétnico. Por mais que se repita à exaustão que os nacionalismos estão superados na historiografia, uma visão bastante excêntrica – como obviamente sempre será a da medievalística brasileira – pode às vezes ser bastante profícua.

Na próxima seção, exploraremos sucintamente as interrelações entre o colono alemão com o nativo eslavo na transformação do espaço rural em Brandemburgo. As questões empiricamente tratadas a seguir podem servir a um debate mais amplo para as migrações que

ocorrem durante a Idade Média Central, sobretudo na perspectiva da difusão do senhorio e da dominação do campesinato: em qual medida as transformações sociais decorreram de movimentos migratórios? em qual medida as estratificações sociais se formaram a partir de etnias? em qual medida a etnia atua como um fator de resistência a essas transformações?

Breve estudo de caso: reformulação do espaço rural em Brandemburgo (séculos XII-XIV)

A Marca de Brandemburgo intensificou sua expansão em territórios eslavos a partir de 1157, consolidando conquistas no século seguinte. Na sua extensão máxima, Brandemburgo era limitado a oeste pela Saxônia, a sul pela Mísnia, Lusácia e Silésia, a oeste pela Polônia e a norte por Meclemburgo e pela Pomerânia. Ao contrário doutras regiões, a iniciativa colonizatória dos mosteiros cistercienses e premonstratenses teria sido bem reduzida, preponderando antes a da nobreza (ASSING, 1993, p. 118-119; ENDERS, 1995, p. 27). O território de Brandemburgo raramente apresenta elevações acima dos 100 metros e dispõe de rica rede hidrográfica e lacustre. Essas características, associadas ao clima frio e úmido, faziam com que parte significativa das terras fossem pantanosas.

Como são escassas as fontes escritas, é muito difícil estabelecer a estrutura social da sociedade eslava na região brandemburguesa mesmo para períodos mais avançados como os séculos XI e XII. Uma combinação de arqueologia e história comparada permite entrever uma classe dirigente que, a partir de fortalezas, controlava distritos geralmente abarcando entre 20 e 70 km². Junto às fortalezas viviam aglomerações de artesãos, forma de assentamento tipicamente eslavo que viria a se conhecer em alemão como *Kietz*. Os agricultores viviam em vilórios dispersos, geralmente sobre solos arenosos, mais fáceis de se trabalhar com instrumentos aratórios leves. O cereal mais cultivado, de longe, era o centeio, seguido pelo painço. Na escavação de uma fortaleza datada da segunda metade do século X, o centeio corresponde a 69% dos pólenes cerealíferos e o painço a 22%. Embora outras amostras dessa mesma localidade sejam menos acachapantes (numa o centeio reduz-se a 36% e o painço a 6%), palinogramas doutras escavações confirmam a importância de ambos os cereais, resistentes a temperaturas baixas e tolerantes a solos pobres (como os arenosos) (KERSTING, 2007; STIKA, 2011). Além da pecuária, eram importantíssimas a pesca e a economia florestal, sobretudo a recolha de mel silvestre. Em função dessa lógica econômica, os vilórios tendiam mais a se situar junto às imediações dos rios e as clareiras do que sobre solos férteis, que, recordemos, pressuporiam instrumentos aratórios mais pesados e/ou trabalhos de drenagem (RIBBE, 1987,

p. 74-74; ENDERS, 1995, p. 267). Várias dessas características persistirão nos séculos seguintes quando a colonização germânica já estiver bastante avançada.

A vinda do colono alemão junto com o senhorio resultou na importação de dois processos que vinham alterando drasticamente a estrutura agrária europeia: a cerealização e o aldeamento (SABLONIER, 1984, p. 730-732). A cerealização foi o processo de centralização maciça da economia camponesa em favor do cultivo de quatro cereais: trigo, centeio, aveia e cevada. Sua consequência foi reduzir bastante o peso tanto da economia pastoril e extrativista quanto o leque das espécies cultivadas. Mesmo cereais outrora usuais como o painço e a espelta declinam ao longo da Idade Média Central e da Baixa Idade Média para praticamente desaparecerem na Idade Moderna. Como os cereais são um tipo de alimento facilmente estocável, facilmente divisível e facilmente mensurável, seu comportamento pode ser aproximado ao do dinheiro. Na transição para o regime rentista parece que a conversão das corveias em pagamentos frumentários foi mais relevante que a conversão em pagamentos monetários (KUCHENBUCH, 1997, p. 133). Do ponto de vista senhorial, a cerealização permitia uma apropriação do sobretrabalho campesino que se podia estocar como valor e não se dispender no consumo imediato. Do ponto de vista campesino, a cerealização expandia a oferta de calorias, pois a produtividade dos cereais era relativamente alta em face doutros cultivos, ainda mais quando praticada conforme os sistemas agrários mais eficientes então existentes.

A implantação desses sistemas agrários, porém, pressupunha o aldeamento. Não se trata apenas da substituição dos vilórios típicos da Alta Idade Média com cinco ou seis lares ou mesmo da moradia isolada por concentrações demográficas mais significativas, com vinte, trinta ou mais lares, mas também o surgimento de instâncias locais de controle do trabalho aldeão e uma reformulação do espaço cultivado. À exceção das hortas, pequenas faixas de terra em torno da sua casa, o camponês não dispõe de liberdade para plantar o que deseja no momento que melhor lhe convier, pois é a aldeia que regula o calendário agrícola. Essa regulação, como regra, visa a manter o funcionamento de sistemas de rotação cerealífera a fim de maximizar a área de cultivo, repor a fertilidade dos campos pelo pousio e permitir alguma pecuária (RÖSENER, 1999, p. 23). No limite, o sistema de rotação trienal (o mais difundido) mostrou-se insustentável sem colapsos demográficos, mas funcionou bem enquanto houve espaço para sua reprodução horizontal, isto é, pela ocupação de novas terras.

Em Brandemburgo, como alhures na *Germania Slavica*, o povoamento germânico se caracterizaria por aldeias planejadas, de grandes dimensões, cerealicultoras, explorando solos mais férteis e mais pesados graças à charrua submetidas a uma modalidade rentista de senhorio

enquanto os assentamentos eslavos seriam menores, muito voltados à pesca e ao extrativismo, às vezes sem mesmo uma divisão em lotes (*Verhufung*). No longo prazo, as estruturas trazidas pelos alemães triunfaram como a forma dominante de organização no espaço rural. A questão que se apresenta aqui é como se deu o estabelecimento do ponto de vista da interrelação entre as estruturas alemãs importadas e as estruturas eslavas nativas.

A própria historiografia tem dificuldade de apresentar uma visão consistente para o processo em Brandemburgo. Uma corrente defende reformulação radical da estrutura de assentamento (GRINGMUTH-DALLMER, 1995, p. 264). Outra vê que diversas mudanças, como a cerealização, já teriam maturado antes da colonização germânica (IZDEBSKI, 2016). De um lado, considera-se as aldeias alemãs surgindo sem nucleação nenhuma de vilórios eslavos; do outro, que os nativos haviam desenvolvido estruturas muito próximas às alemãs e simplesmente convergiram ao tipo de assentamento colonial. Embora deva haver casos em que tais desenvolvimentos extremados tenham ocorrido de fato, o mais provável, a nosso ver, é que o processo teve organicidade similar à transição do regime senhorial dominial para o rentista na Europa Ocidental, com a diferença de que a organicidade às vezes apareça como ruptura em função da maior discrepância entre o sistema agrário que se implantava e aquele preexistente.

Sem dúvida no último quartel do século XIV, o campo em Brandemburgo é amplamente dominado pela empresa cerealífera como atesta o estudo do grande censal de 1375 que inventariou todas as aldeias da Marca (a seção correspondente à Neumark, a mais oriental das províncias, perdeu-se, mas podemos entrever algo da sua estrutura agrária por um censal mais sumário e mais antigo, o de 1337) (FERREIRA, 2017). Embora no censal de 1375 encontremos algumas aldeias agrícolas especializadas – p. ex., plantando ervilha, lúpulo e até a vinha –, há um número mais significativo de vilórios dedicados à pesca e à economia florestal. Mesmo nessa data tardia, após mais de dois séculos de colonização, a presença eslava nas aldeias pesqueiras e florestais é marcante a ponto de as fontes as descreverem em termos étnicos. Essas aldeias extrativistas podiam chegar ao limite de sequer possuir campos cultivados: “Gustebiss é aldeia eslava sem ter campos cultivados” (“*Gustebiss est Slauica villa non habens agros*”) (LMB: 82).⁴ Às vezes a atividade agrícola existe, mas é de tal forma secundária que não há organização em lotes: “Czyten é uma aldeia sem ter lotes, mas apenas um quê de campos cultivados e aí vivem pescadores.” (“*Czyten est villula non habens mansos sed modicum de agro, et sunt ibi piscatores*”) (LMB: 102). Quando existe alguma forma de repartição espacial, ela ocorre baseada em superfícies mais modestas do que o lote como a jorna. Também faltam as estruturas de beneficiamento típicas da aldeia cerealífera como o moinho e

a taberna. Embora essas aldeias sejam também senhorializadas, as exações parecem bem mais frouxas e não tão bem organizadas num sistema conforme se observa nas aldeias cerealíferas. É comum que os pagamentos sejam cobrados não por unidade doméstica, mas pela aldeia inteira. Na economia florestal, além da lenha, tinha grande importância a recolha de mel silvestre, que, ao contrário da pesca, chegou a vir integrar o sistema de rendas senhoriais como um tributo delimitado, a *mellicidia*. A presença eslava se ressalta nessa atividade que germanizou uma palavra nativa, *bardenicker*, embora já houvesse termo vernáculo, *Zeidler*. Em certos casos, uma mesma aldeia participa das duas frentes de extrativismo, nos rios e nas florestas: Smewitz pagava rendas tanto em pescado quanto em mel (*LMB*: 101). Se há ainda persistência bem visível de eslavos organizados para atividades extrativistas em fins do Trezentos, reforça-se a tese de que a inflexão para a cerealicultura em Brandemburgo deveu bastante à colonização alemã, mas, conforme logo veremos, é preciso tornar o quadro mais complexo.

Esse período de fins do século XIV também conhece aldeias cerealíferas caracterizadas como eslavas. Quase sempre se situam na vizinhança de uma aldeia alemã e até lhe repetem o nome. Para distingui-las, as aldeias alemãs são adjetivadas como “grande” (*große* ou, em latim, *magna*) enquanto as eslavas como “pequena” (*kleine* ou *parva*). De fato, as aldeias eslavas costumam apresentar menos lotes que as alemãs (conquanto haja casos de inversão em que o assentamento descrito como menor possua na verdade mais lotes). Embora raras em fins do Trezentos, ainda é possível respigar menções ao lote eslavo, de dimensões mais modestas do que o flamengo: em 1375 em Cotzryn fala-se em *mansi theutonicii e slavici* e o mesmo ocorrerá em Lögow para datas avançadas como 1437 e 1491 (*LMB*, p. 187; KRENZLIN, 1952, p. 90). No mosteiro de Eldena, na Pomerânia Ocidental, as razões dos tamanhos diferentes explicitam-se nos próprios termos latinos que designam os lotes: *uncus* (arado leve) eslavo e o *aratum* (charrua), este medindo o dobro daquele (HENNING, 1994, p. 221). Helmoldo de Bosau, na sua crônica sobre os eslavos escrita no último quartel do século XII, afirma que o instrumento aratório na região imediatamente a leste do Elba dependia de um ou dois cavalos ou de um par de bois, quantidade de animais muito inferior à necessária para a tração da charrua (VERHULST, 2002, p. 68).⁵ Mesmo regiões que conservaram idiomas eslavos sentirão a influência germânica na generalização do lote dimensionado para a charrua como o módulo agrário por excelência, pois o conceito tomou de empréstimo um vocábulo alemão (p. ex., o *lan* tcheco e o *lan* polonês derivam, numa semântica indireta, de *Lehen*, “feudo”).

Embora compondo fração minoritária do espaço rural brandemburguês em fins do século XIV, os assentamentos eslavos, tanto os cerealíferos quanto os extrativistas, permitem entrever nas suas características vestigiais os elementos originários sobre os quais o processo de colonização teve de atuar para produzir as grandes aldeias cerealíferas alemãs planejadas. Há dois grandes mecanismos de reestruturação: *a)* a absorção dos vilórios eslavos nas aldeias planejadas alemãs; e *b)* a reformulação gradativa e endógena dos vilórios eslavos em aldeias cerealíferas de feição germânica.

A absorção é muito bem documentada pelas escavações arqueológicas em Zehlendorf. Trata-se de aldeia-praça, planejada, cujo surgimento e cuja expansão coincidem cronologicamente com o fim de quatro vilórios das redondezas. Primeiro, quando Zehlendorf é fundada em 1220, desaparecem duas aldeolas num raio de cerca de um quilômetro. Depois, ao expandir-se para o sul por volta de 1300, somem mais duas aldeolas, um pouco mais distantes e um pouco maiores que as anteriores como se a atração centrípeta de Zehlendorf fosse aumentando ao longo do tempo. Os quatro vilórios existiam desde fins do século XII, portanto eram anteriores à aldeia alemã, e tinham solos arenosos à margem de lagoas enquanto Zehlendorf se situava distante d'água e justamente onde começavam as terras argilosas. A lógica da supressão dos vilórios aponta não só para a reorientação do povoamento, mas também da estrutura agrária, pois a aproximação aos solos argilosos, pesados, presumem intensificação da cerealicultura enquanto o afastamento das lagoas, declínio relativo da pesca. Num dos vilórios desaparecidos, onde se realizou a maior escavação arqueológica já tocada na Alemanha, não se encontrou nenhum vestígio de charrua, de modo que se pode presumir que a localização distante dos solos argilosos implicava também em que não eram explorados antes da fundação de Zehlendorf (MÜLLER, 1975, p. 322, 325-326).

Os mecanismos concretos que operavam a supressão de vilórios eslavos não são muito explícitos na documentação. Embora alguma aproximação espontânea deva ter acontecido, graças às novas possibilidades técnicas de se explorar os solos mais férteis como no caso de Zehlendorf, entrevê-se aqui e ali nas fontes escritas mecanismos de coação e esbulho. Em 1159, o mosteiro de Ballenstedt vendeu a colonos flamengos dois vilórios eslavos que foram fundidos numa única aldeia, repartida em 24 lotes, portanto seguindo alguma forma de planejamento (HELBIG; WEINRICH, 1975, p. 62). Tendo remanejado os camponeses eslavos, o mosteiro pôde interferir mais ativamente no espaço circundante e reconvertê-lo à lógica da aldeia cerealicultora. Essa transação que envolve aldeamento, venda e colonização decerto se justificou pela implantação de uma igreja paroquial, em torno da qual deveriam morar os

camponeses. É bastante sabido o papel que a Igreja, mediante as paróquias, teve no processo de aldeamento e, por tabela, de expansão do senhorio pela Europa afora, sobretudo nas zonas de fronteira do feudalismo (RÖSENER, 1999, p. 18; BLOCH, 1968, p. 36).

Há exemplos que corroboram essa hipótese de a Igreja promover a expansão do senhorio pelo enquadramento do espaço rural nas malhas da rede paroquial. Em 1246, o bispo de Halberstadt instava a ereção de uma igreja para quatro aldeias, onde alguns camponeses, embora já vinculados a uma freguesia, ainda persistiriam em práticas pagãs (HELBIG; WEINRICH, 1975, p. 156).⁶ Esse tipo de acusação, por mais implausível, só teria fumos de verossimilhança se parte significativa dos aldeões fosse eslava. Curiosamente os nomes das quatro aldeias são alemães, ou seja, nalguma medida procuraram emular os modelos alemães, mesmo quando acaso por iniciativa de potentados eslavos e povoada por eslavos. Ademais a aldeia se situa a *oeste* do Elba, em zona de germanização antiga, e a data da queixa é tardia em face do processo de cristianização. Diante de todos esses elementos, o mais provável é que o bispo identificou como paganismo os ritos agrários e as práticas culturais de assentamentos já cristianizados que ainda discrepavam do que se reputava como a aldeia típica como justificativa para reformulação mais radical das relações sociais, espaciais e econômicas. A nova paróquia decerto se situaria numa das quatro aldeias e colaboraria no processo de enquadramento e de controle socioespacial desses camponeses “pagãos”, cujo produto final provavelmente seria a nucleação numa única aldeia. É muito significativo que uma das características recorrentes das aldeias eslavas brandemburguesas, sobretudo as extrativistas, é não contarem com paróquia mesmo em fins do século XIV (ASSING, 1993, p. 117-118).

As exações senhoriais também exerciam um papel na reconversão do espaço rural. Quando o senhor exigia irrevogavelmente o pagamento em certo produto – e não em dinheiro –, o camponês, mesmo quando o cultivo lhe fosse desinteressante, não poderia deixar de plantar uma parte das suas terras para atender as exações. Como cada vez mais no senhorio rentista, as exações perdem o caráter pessoal e sua cobrança só varia em função da quantidade de lotes que a empresa camponesa explora, a produção da aldeia inteira acaba, em maior ou menor grau, determinada pelos interesses senhoriais. Os cistercienses de Amelungsborn, que tinham vários abadengos na Pomerânia na fronteira com Brandemburgo, em começos do Trezentos chegaram a definir pagamentos para áreas desocupadas que sequer lhes pertenciam ainda. Na aldeia de Randow, além dos pagamentos de um dízimo agrário e de um frango, os monges esperavam cobrar um moio de centeio. Os lotes já submetidos aos mosteiros nessa aldeia pagavam seis moios de centeio. A cobrança de uma quantidade inferior de centeio pode decorrer de as

superfícies serem menores ou de os monges proporem um incentivo à ocupação, mas escancara a intenção de reconverter o agro à cerealicultura; o próprio termo usado para descrevê-las (“*area*”) dá a entender menos searas do que hortas (CDB: I, 453).⁷

Evidentemente quando as exigências eram demasiado inconvenientes, os camponeses burlavam-nas. Em 1295, o bispo de Magdeburgo exigiu que três aldeias voltassem a pagar a trigésima em cereais e não em dinheiro como fizeram no ano anterior (CDB: VIII, 181). Além do ônus do carroto com os cereais, os aldeões decerto queriam evadir-se da inflexibilidade da produção cerealífera e explorar as possibilidades de cultivos mais especializados que o mercado abria, sobretudo nas proximidades de cidades. Em casos mais extremos, até os senhores mais recalcitrantes tinham de ceder, como o bispo de Brandemburgo em 1351 que aceita receber dinheiro no lugar da trigésima cerealífera “por conta da esterilidade dos ditos lotes” (“*propter sterilitatem dictorum mansuorum*”) (CDB: VIII, 268-269).

Além da absorção por aldeias alemãs, os assentamentos eslavos também sofreram processos internos de mutação. Em dois séculos e meio de existência, Diepensee revela quatro fases em que se lhe alteraram a extensão, o número de casas e o formato. Na sua fase inicial, por volta de 1200, há distribuição aleatória das casas e a uma paliçada circular, indício de assentamento eslavo. Antes de ser abandonada em meados do século XIV, Diepensee possuía conformação de aldeia-praça, inclusive com uma igreja de pedra, material nobre por escasso em Brandemburgo (WITTKOPP, 2013, 2014). Aqui estamos diante de um processo endógeno de aproximação gradual e não de uma criação *ex nihilo* embora sua fase final apresente o feitiço de uma aldeia planejada. Essa mutação bem cadenciada – embora relativamente rápida, afinal o povoado não durou nem um século e meio – talvez esteja ligada à resistência de se converter à cerealicultura um espaço rural que parecia orientar-se por outra lógica econômica (há grande presença de plantas têxteis e tintórias nas fases iniciais) e ainda à condução do processo pelos eslavos, que se aproximavam do modelo da aldeia alemã conforme iam aculturando-se, desembocando inclusive na germanização do topônimo. Há vários outros casos de assentamentos que primeiro aparecem como vilórios irregulares e transmutam-se em grandes aldeias planejadas apenas no século XIII (ZERNACK, 1975, p. 784).

A toponímia assinala a interpenetração étnica no aldeamento. Embora o mais comum seja a substituição de nomes eslavos por alemães, isso não significa sequer que o promotor da colonização era germânico: na Prússia muitas aldeias eram batizadas com o nome alemão do *locator* e posteriormente o próprio senhor que patrocinou a fundação da aldeia tomava o nome germânico como seu (p. ex., o báltico Jone Sargini transmutou-se em Johann von Schillingdorf)

(WENSKUS, 1975, p. 426). Em Brandemburgo, atestam-se mesmo casos de reversão do alemão para nome eslavo como um documento de 1217 que esclarece que Prescele se chamava “no seu antigo nome” (“*antiquo nomine*”) Tesenkerdorp (GRINGMUTH-DALLMER, 1999, p. 257). Essa terminação *dorp* é a forma do médio-baixo-alemão para *Dorf*, “aldeia”, que é um elemento toponímico usual para as aldeias planejadas. Em 1375, há uma aldeia chamada Nyemcke, que decerto deve ser um adjetivo cognato nas línguas eslavas para “alemão” (*LMB*: 365). Não há nenhuma indicação de que a essa altura a aldeia seja eslava. Esses exemplos, alguns anedóticos, são ilustrativos das diversas marchas pelas quais caminham os processos de colonização, de germanização e de assentamento planejado. Esses processos acabam paradoxalmente obscurecidos pela abundância documental durante a segunda metade do Trezentos, sobretudo graças ao grande censal de 1375. Nas fontes desse século os povoados eslavos que discrepam bastante da aldeia cerealífera alemã seriam, por essa nossa interpretação, na verdade apenas os vestígios de uma miríade de outros povoados que se amalgamaram nas aldeias planejadas ou se reestruturaram no feitiço da aldeia planejada (germanizando-se concomitantemente).

Cabe agora se perguntar a qual grau de subordinação social se atrelou a germanização dos eslavos. Aqui também a historiografia se cinde. A corrente mais recente julga não haver discriminação contra os eslavos nas aldeias, a começar pela própria lógica senhorial que promovia a colonização. Sendo o lote, para o senhor, uma unidade fiscal cujo fim precípua é gerar renda monetária e cerealífera,⁸ sendo a sujeição pessoal do camponês cada vez mais próxima à de um arrendatário, é-lhe indiferente quem ocupará a terra desde que disponha dos recursos para a produção. Um eslavo com família numerosa, charrua, cavalos, bois e sementes seria muito mais bem vindo à mais teutônica das aldeias do que um alemão despossuído, incapaz de lavrar o lote. É difícil, porém, determinar em qual grau essa interpretação da condição parelha entre eslavos e alemães não é, por sua vez, reação a uma historiografia mais antiga que, mecanicamente por injunções nacionalistas e políticas, equiparava posição social e etnia. Que na *Germania Slavica* houvesse mecanismos discriminatórios é bastante evidente, pois em diversas cidades existia cláusula que vetava o acesso dos eslavos à cidadania ou às guildas (o *Wendeparagraph*). Mesmo cidades alemãs fora do território colonial, como Lunemburgo, adotavam tais medidas discriminatórias (GLÜCK, 2002, p. 61; ENGEL, 1993, p. 157-158, 230). Mais ao sul, nas fronteiras orientais da Baviera e da Áustria, que também experimentam expansão colonial rumo ao leste, a palavra que se disseminou para designar a corveia (*Robot*), fenômeno social obviamente conhecido pelos camponeses bávaros e

austriacos, derivou do vocábulo eslavo que pura e simplesmente significava “trabalho” (DEMADE, 2000, p. 20-21).

Mesmo que no campo não houvesse mecanismos formais de discriminação contra os eslavos, o que de fato parece ser o caso, na prática o grupo dominante, em técnicas e capitais, era o camponês alemão, que, em regiões como Brandemburgo, vinha amparado num poder político composto por aristocratas e instituições alemãs ou germanizadas. Como a imigração, embora significativa, não criou zonas etnicamente homogêneas em Brandemburgo senão em enclaves bem restritos, os recursos, culturais e materiais, para a exploração nas grandes aldeias cerealíferas acabaram tendo de ser aos poucos difundidos também pelos eslavos, que, ao assimilá-los, se iam germanizando. Noutras regiões, como a Polônia, a existência de estruturas de poder dominadas por eslavos assegurou que a importação cultural que trazia o senhorio, as novas técnicas, a aldeia e a Igreja Católica não redundasse na perda do idioma em favor do alemão e, conseqüentemente, a perda do nexó étnico. Nesse processo de difusão cultural que está por trás da reformulação da estrutura rural do campo brandemburguês, o nativo tenderia a entrar em desvantagem em face do colono, que já dominava as técnicas, dispunha das tecnologias e teria algum pecúlio.

Dentro da aldeia cerealífera alemã, havia um espaço para o camponês que carecesse dos recursos para se configurar como mansionário: eram os cabaneiros. Essa oposição entre mansionários e cabaneiros é constante na estrutura agrária da Europa medieval e persistirá mesmo na Idade Moderna (HILTON, 1973, p. 33-34; DUBY, 1977, p. I, 312). Ambas as frações de classe campesina são conhecidas pelos mais diversos nomes, mas, limitando-nos às fontes brandemburguesas, o léxico sempre evidencia os mansionários como os camponeses por excelência (*agricolae*, *Buren*, isto é, *Bauern*) capazes de explorar a superfície extensa do lote (*mansus*) enquanto os cabaneiros são caracterizados pela moradia precária (*cossatus*, latinização de *Kötner*) e pela exígua posse fundiária que lhes veda a cerealicultura e só lhes permite a modesta horta (*ortulari*). Ambos os grupos mantinham estreita dependência na medida em que os mansionários sem mão-de-obra familiar suficiente para explorar os lotes precisavam recorrer aos cabaneiros enquanto os cabaneiros dependiam dos salários, pois suas hortas raramente bastavam para sustentá-los.

Embora parte integrante da aldeia, os cabaneiros sofriam restrições no acesso aos recursos coletivos. Em certas aldeias, a inferioridade dos cabaneiros perante os mansionários era reforçada, numa emulação senhorial, pela exigência de pagamentos. Em Brusendorpp, Rudow e Schekendorpp, cada cabana só efetuava um único pagamento monetário e isso em favor não

do senhor, mas dos mansionários (*LMB*: 80-82).⁹ No foral de fundação de Rixdorf, de 1360, cada cabana devia pagamento pecuniário aos mansionários (*CDB*: Supplementum, 238). Embora a rubrica de cabaneiro mascare às vezes grupos em posições sociais mais confortáveis – os artesãos p. ex. –, é certo que o grosso dos cabaneiros pode-se entender como grupo bastante pauperizado. As corveias sobre cabaneiros também costumam ser mais indefinidas do que as incidentes sobre os mansionários, estas geralmente caracterizadas em função de uma ferramenta (carreto, tantos dias de aragem ou de ceifa). Nas aldeias abadengas de Messeritz, os mansionários carreavam estrume e lenha enquanto o serviço exigido dos cabaneiros era definido conforme as circunstâncias de interesse senhorial (*CDB*: XXII, 75-77). Além dessa indefinição quanto ao tipo de trabalho, em casos extremos, a corveia cabaneira, num traço arcaico para o regime rentista, sequer apresenta limites temporais. Em Nachterheyde, os serviços de oito cabaneiros são requisitados pelo senhor “sempre quando o quiser” (“*Octo cossati Alberto pro servicio, quamdiu vult*”) (*LMB*: 302).

Em qual medida os cabaneiros se compõem de eslavos? Noutras palavras, em qual medida a aculturação dos eslavos ao modelo da grande aldeia cerealífera ocorreu por meio de uma posição social subalterna? Para o século XIV infelizmente as fontes não são muito eloquentes. Em Zäckerick em 1355 se discriminaram quatorze cabaneiros eslavos (*kossati slavi*) e apenas um cabaneiro alemão (*cossatus theutunicus*) (*CDB*: XIX, 79). Zäckerick, porém, ficava às margens de um rio e talvez se tratasse de aldeia pesqueira, onde, conforme vimos, ainda no Trezentos o componente eslavo era predominante. Indício muito mais indireto e também mais instigante temos na venda que dois cavaleiros fizeram ao mosteiro de Diesdorf em 1319. A transação envolvia “dois eslavos, nossos servos, a saber, Bernardo e Ricardo” (“*duos slauos nostros subditos, scilicet bernardum et richardum*”). Cada qual dispunha de um lote, mas a inferir pelas prestações não se dedicavam à cerealicultura, pois não pagavam cereal nenhum e sim 6 marcas, dois porcos no valor de 16 sólidos, 8 frangos, 8 queijos, 40 ovos et 40 medidas de linho (*CDB*: XXII, 114). Essas são exações pesadíssimas mesmo para a Altmark, região onde o senhorio brandemburguês tinha características mais arcaicas, mais próximas ao regime dominial. Também muito interessante é o fato de os dois eslavos, Bernardo e Ricardo, terem nomes inegavelmente alemães. Não podemos afirmar se no caso dos dois eslavos estava ocorrendo a transformação de cabaneiro em mansionário, mas tal movimento transparece alhures. Em Berlinchen, cabaneiros cultivam lotes: “*case sive koten duos habuerunt mansos, de quibus cultores dant II talentum slavicalae pro pacta e censu*” (*CDB*: I, 453). Em 1358, o vigário em Perlenberg arrendou a um aldeão em Ünze não só um lote, mas também uma cabana,

cada qual devendo pagamentos típicos às respectivas modalidades de exploração agrícola (cereais num caso e frangos noutra) (*CDB*: I, 154). Nesse processo de ascensão social, que pressupunha maior integração com as instâncias de controle da comunidade aldeã, é de se presumir que os cabaneiros eslavos adotassem definitivamente o idioma alemão.

Conclusões

Em Brandemburgo a falta de fontes escritas abundantes antes do século XIV, quando o processo colonizatório já estava bastante avançado, favorece uma perspectiva de reformulação do espaço rural sem a participação eslava. Como nessa altura o assentamento mais caracteristicamente descrito como eslavo são as aldeolas pesqueiras e extrativistas, há a tendência a se desconsiderar o papel da aldeola cerealífera nativa nos períodos anteriores. As aldeolas pesqueiras e extrativistas puderam conservar-se como eslavas até o fim do Trezentos porque ocupavam um nicho na economia que não concorria diretamente com a aldeia cerealífera alemã. As aldeolas eslavas mais voltadas à cerealicultura, ao contrário, pelas próprias homologias estruturais, teriam sentido com muito mais força a influência dos assentamentos alemães, de maneira que ou acabaram sendo incorporados às aldeias planejadas ou elas mesmas, em sucessivas mutações, se reformularam no feitio de aldeias planejadas.

A posição discrepante do nativo em face dos recursos do colono alemão, que, ademais contava com um aparato institucional que favorecia sua cultura, acabaria, em maior ou menor medida, a levar os eslavos a ocuparem posições subordinadas, ao menos nas fases iniciais da colonização. A rápida assimilação à germanofonia provavelmente foi favorecida pela situação mais precária da cabaneiro – talvez menos no que tange à economia do que à estrutura familiar. No século XIV, é possível inferir que os lares cabaneiros apresentam famílias muito menos numerosas que as mansionárias e que, em certos casos, se encontravam reduzidos a um único indivíduo. Nos censuais, há indicações recorrentes às corveias que se exigirão da cabana *acaso* haja nela uma esposa ou mesmo um marido (*CDB*: I, 455). A chefia feminina dos lares cabaneiros entrevê-se com muito mais frequência do que nos lares mansionários. Trata-se de uma subversão da lógica do próprio sistema de parentesco europeu a partir da Idade Média Central que tinha no homem o seu cerne, inclusive como centro de referência das exações senhoriais. No caso dos eslavos, as estruturas familiares menos extensas dos cabaneiros sem dúvida dificultariam a reprodução da cultura nativa e favoreceriam a assimilação pela cultura dos mansionários alemães ou germanizados.

As questões que se procurou trazer à baila neste artigo podem contribuir ao debate sobre os mecanismos de resistência camponesa ao avanço do senhorio. Sabe-se que certas comunidades camponesas resistiriam com tanto vigor à senhoriação que não apenas conservaram certo grau de autonomia como chegaram a constituir aquilo que a historiografia alemã chama de “repúblicas camponesas” (p. ex., a Frísia, a Suíça, Diethmarschen e Stending) (RÖSENER, 1985, p. 237-240, 249-251; HERLIHY, 1985, p. 44). No longo prazo, essas comunidades acabaram absorvidas, se não plenamente pelo regime senhorial, ao menos pelo Estado moderno. Em casos singulares, a evolução foi no sentido de elas próprias virem a constituir Estado, cujo exemplo mais clássico é a Suíça, que desde o século XIII tinha uma posição muito independente em face do Sacro Império e que até hoje conserva particularidades na sua organização política localista. O rechaço a uma senhoriação plena por vezes ajudou a conservação de traços étnicos, sobretudo a língua, mesmo em face da instrução pública e dos meios de comunicação: é o caso dos bascos e, em menor medida, dos frísios.

A senhoriação e a resistência a ela sem dúvida envolvem multiplicidade de fatores – estrutura familiar campesina, condicionantes geográficos, atividades econômicas predominantes, formas de assentamento, coesão da classe senhorial etc. – e, decerto, a interrelação étnica entre colonos e nativos nos movimentos migratórios da Idade Média Central tem aí também seu lugar para a construção de um modelo que dê conta da dinâmica da expansão e reprodução do senhorio.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *Passages from Antiquity to Feudalism*. Nova York: Verso, 1982.
- ASSING, Helmut. “Die Landherrschaft der Askanier, Wittelsbacher und Luxemburger (Mitte der 12. bis Anfang des 15. Jahrhunderts)”. IN: MATERNA, Ingo; RIBBE, Wolfgang (org.). *Brandenburgische Geschichte*. Akademie Verlag, 1993, pp. 85-91.
- BLOCH, Marc. *La société féodale*. Paris: Albin Michel, 1968.
- CERMAN, Markus. “Seigniorial Systems in East-central and Eastern Europe, 1300–1800: regional realities”. IN: CAVACIOCCHI, Simonetta (org.). *Schiavitù e Servaggio nell’Economia Europea: secoli XI-XVIII*. Florença: Firenze University Press, 2014.
- CHRISTIANSEN, Eric. *The Northern Crusades*. Londres: Penguin, 1997, 2ª ed.
- DEMADE, Julien. “El mundo rural medieval en la historiografía em alemán desde 1930: compromiso político, permanencia de las interpretaciones y dispersión de las innovaciones”. IN: AFONSO, Isabel. *La Historia Rural de las Sociedades Medievales Europeas: tendencias y perspectivas*. Valência: Universitat de València, 2008, pp. 175-246.
- DEMADE, Julien. “Les ‘corvées’ en Haut Allemagne, du rapport de production au symbole de domination (XIe–XIVe siècle)”, 2000. Disponível em: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00005151>.
- DUBY, Georges. *L’économie rurale et la vie des campagnes dans l’Occident médiéval*. Paris: Flammarion, 1977, 2ª ed.

- ENDERS, Lieselott. “Siedlung und Herrschaft in Grenzgebieten der Mark und Pommerns seit der zweiten Hälfte des 12. bis zum Beginn des 14. Jh. am Beispiel der Uckermark”. *Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte*, v. 28, 1987, n° 1-2, pp. 73-129.
- ENDERS, Lieselott. “Zur Grundherrschaftsentwicklung im ostdeutschen Kolonisationsgebiet”. IN: RÖSENER, Werner (org.). *Grundherrschaft und bäuerliche Gesellschaft im Hochmittelalter*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1995, pp. 215-239.
- ENGEL, Evamaria. *Die deutsche Stadt des Mittelalters*. Munique: C. H. Beck, 1993.
- ESCHER, Felix. “Die ländliche Sozialstruktur des Havellandes unter besondere Berücksichtigung der slawischen Bevölkerung”. IN: RIBBE, Wolfgang (org.). *Das Havelland im Mittelalter: Untersuchungen zur Strukturgeschichte eines ostelbischen Landschaft in slawischer und deutscher Zeit*. Berlin: Duncker & Humblot, 1987, pp. 311-340.
- FERREIRA, Álvaro Mendes. *A Colonização Oriental e o Senhorio Rural em Brandemburgo (séculos XII–XIV)*. Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2017.
- FOSSIER, Robert. *Histoire sociale de l’Occident médiéval*. Paris: Armand Collin, 1970.
- GIMBUTAS, Marija. *Os Eslavos*. Lisboa: Verbo, 1975.
- GLÜCK, Helmut. *Deutsch als Fremdsprache in Europa vom Mittelalter bis zur Barockzeit*. Berlin: De Gruyter, 2002.
- GÓRECKI, Piotr. “Los campesinos medievales y su mundo en la historiografía polaca”. IN: AFONSO, Isabel. *La Historia Rural de las Sociedades Medievales Europeas: tendencias y perspectivas*. Valência: Universitat de València, 2008, pp. 247-284.
- GRINGMUTH-DALLMER, Eike. “Altlandschaft und Altsiedlung zwischen Elbe/Saale und Oder/Neiße”. *Siedlungsforschung: Archäologie, Geschichte, Geographie*, v. 12, 1999, pp. 225-268.
- GRINGMUTH-DALLMER, Eike. “Siedlungshistorische Voraussetzungen, Verlauf und Ergebnisse des hochmittelalterlichen Landesausbaus im östlichen Deutschland”. IN: RÖSENER, Werner (org.). *Grundherrschaft und bäuerliche Gesellschaft im Hochmittelalter*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1995, pp. 320-358.
- GUERREAU, Alain. “Un tournant de l’historiographie médiévale”, *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 1986, N.º 5 pp. 1161-1176.
- HENNING, Friedrich-Wilhelm. *Deutsche Agrargeschichte des Mittelalters: 9. bis 15 Jahrhundert*. Stuttgart: Ulmer, 1994.
- HERLIHY, David. *Medieval Households*. Harvard University Press: Cambridge, Mass., 1985.
- HILTON, Rodney. *Bond Men Free: Medieval Peasant Movements and the English Rising of 1381*. Londres: Meuthen, 1973.
- HOERDER, Dirk. *Geschichte der deutschen Migration: Vom Mittelalter bis heute*. Munique: C.H. Beck, 2010.
- IZDEBSKI, A.; KOLOCH, G.; SŁOCZYŃSKI, T.; TYCNER-WOLICKA, M. “On the Use of Palynological Data in Economic History: New Methods and an Application to Agricultural Output in Central Europe, 0–2000 AD. *Explorations in Economic History*, v. 59, jan./2016, pp. 17-39.
- JEUTE, Gerson H. “Kontinuität und Diskontinuität in der brandenburgischen Wirtschaft: ein kurzer Abriss und Analyseversuch”. *Mitteilungen der Deutschen Gesellschaft für Archäologie des Mittelalters und der Neuzeit*, 2006, pp. 86-93.
- KERSTING Thomas; JAHNS Susanne, HANIK, Susanne. “Päwesin ‘Fischerstraße’ – eine slawische Siedlung im Havelland, Brandenburg”. IN: JEUTE, Gerson H.; Schneeweiß, Jens; THEUNE-VOGT, Claudia (eds.). *Aedificatio Terrae: Beiträge zur Umwelt- und Siedlungsarchäologie Mitteleuropas*. Festschrift für Eike Gringmuth-Dallmer zum 65. Geburtstag. Rahden: Marie Leidorf, 2007, pp. 201-210.

- KRENZLIN, Anneliese. *Dorf, Feld und Wirtschaft im Gebiet der großen Täler und Platten östlich der Elbe*. Remagen: Verlag des Amtes für Landkunde, 1952.
- KUCHENBUCH, Ludolf. “Vom Dienst zum Zins? Bemerkungen über agrarische Transformationen in Europa vom späteren 11. zum beginnenden 14. Jahrhundert”. *Zeitschrift für Agrargeschichte und Agrarsoziologie*, 2003, pp. 11-29.
- KUCHENBUCH, Ludolf. “Potestas und Utilitas: Ein Versuch über Stand und Perspektiven der Forschung zur Grundherrschaft im 9.-13. Jahrhundert”. *Historische Zeitschrift*, v. 265, H. 1, ago./1997, pp. 117-146.
- KUHN, Walter. “Westslawische Landesherren als Organisatoren der mittelalterlichen Ostsiedlung”. IN: SCHLESINGER, Walter (org.). *Die deutsche Ostsiedlung des Mittelalters als Problem der europäischen Geschichte*. Sigmaringen: Jan Thorbecke Verlag, 1975, pp. 225-261.
- MÍNGUEZ FERNÁNDEZ, José María. “Ruptura social e implantación del feudalismo en el noroeste peninsular (siglos VIII-X)”. *Studia Historica*, N° 3, 1985, pp. 7-32.
- MÜLLER, Adriaan von. “Zur hochmittelalterlichen Besiedlung des Teltow (Brandenburg). Stand eines mehrjährigen archäologisch-siedlungsgeschichtlichen Forschungsprogrammes”. IN: SCHLESINGER, Walter (org.). *Die deutsche Ostsiedlung des Mittelalters als Problem der europäischen Geschichte*. Sigmaringen: Jan Thorbecke Verlag, 1975, pp. 311-332.
- PERKINS, J. A. “Dualism in German Agrarian Historiography.” *Comparative Studies in Society and History*, 1986, N.º 2, pp. 287-306.
- PISKORSKI, Jan M. (org.) *Historiographical Approaches to Medieval Colonization of East Central Europe: a comparative analysis against the background of other European inter-ethnic colonization process in the Middle Ages*. Nova York: Columbia University Press, 2002.
- RIBBE, Wolfgang. “Einleitung: Das Havelland als Gegenstand einer interdisziplinären Fallstudie”. IN: RIBBE, Wolfgang (org.). *Das Havelland im Mittelalter: Untersuchungen zur Strukturgeschichte eines ostelbischen Landschaft in slawischer und deutscher Zeit*. Berlin: Duncker & Humblot, 1987.
- RÖSENER, Werner. *Bauern im Mittelalter*. Gütersloh: Bertelsmann, 1985.
- RÖSENER, Werner. *Einführung in der Agrargeschichte*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1997.
- RÖSENER, Werner. “Strukturen und Wandlungen des Dorfes in Altsiedellandschaften”. *Siedlungsforschung: Archäologie, Geschichte, Geographie*, v. 12, 1999
- RÖSENER, Werner. “Europa im Spätmittelalter und die agrarische Welt. Probleme und Defizite der Forschung”. *Vierteljahrschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, v. 93, H. 3, pp. 322-336, 2006.
- RUCQUOI, Adeline. *Histoire médiévale de la Péninsule ibérique*. Paris: Éditions du Seuil, 1993.
- SABLONIER, Roger. “Das Dorf im Übergang vom Hoch- zum Spätmittelalter: Untersuchungen zum Wandel ländlicher Gemeinschaftsformen im ostschweizerischen Raum” IN: FENSKE, Lutz; RÖSENER, Werner; ZOTZ, Thomas (eds.). *Institutionen, Kultur und Gesellschaft im Mittelalter: Festschrift für Josef Fleckenstein zu seinem 65. Geburtstag*. Sigmaringen: Thorbecke, 1984, pp. 727-745.
- SCHICH, Winfried. “Die Havel als Wasserstraße im Mittelalter: Brücken, Dämme, Mühlen, Flutrinnen”, 1992. Disponível em: <https://edoc.hu-berlin.de/bitstream/handle/18452/2270/Schich.pdf?sequence=1>
- SCHLESINGER, Walter (org.). *Die deutsche Ostsiedlung des Mittelalters als Problem der europäischen Geschichte*. Sigmaringen: Jan Thorbecke Verlag, 1975.

- SCHLESINGER, Walter. “Zur Problematik der Erforschung der deutschen Ostsiedlung”. IN: SCHLESINGER, Walter (org.). *Die deutsche Ostsiedlung des Mittelalters als Problem der europäischen Geschichte*. Sigmaringen: Jan Thorbecke Verlag, 1975, pp. 12-30.
- STIKA, Hans-Peter. “Archäobotanische Ergebnisse zum Deutschen Mittelalter: Die Dörfer Diepensee, Lkr. Dahme Spreewald, Horno und Klein Görigk, Lkr. Spree-Neiße”. *Archäologie in Berlin und Brandenburg*, 2011, pp. 110-115.
- TSYGANENKO, G. P. *Etimologicheskii Slovar’ Russkoga Jazika*. Kiev: Radyans’ka Sklola, 1989, 2ª ed.
- VERHULST, Adriaan. *The Carolingian Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- WENSKUS, Reinhard. “Die deutsche Orden und die nichtdeutsche Bevölkerung des Preußenlands mit besonderer Berücksichtigung der Siedlung”. IN: SCHLESINGER, Walter (org.). *Die deutsche Ostsiedlung des Mittelalters als Problem der europäischen Geschichte*. Sigmaringen: Jan Thorbecke Verlag, 1975, pp. 417-438.
- WITTKOPP, Blandine. “Diepensee: Gründung, Umgestaltung und Wachstum einer ländlichen Siedlung im Mittelalter”. *Mitteilungen der Deutschen Gesellschaft für Archäologie des Mittelalters und der Neuzeit*, v, 27, 2014 pp. 161-171.
- WITTKOPP, Blandine. “Wirtschaftliche und soziale Strukturen der mittelalterlichen Wüstung Diepensee (Brandenburg)” *Mitteilungen der Deutschen Gesellschaft für Archäologie des Mittelalters und der Neuzeit*, v. 25, 2013, pp. 127-142.
- ZERNACK, Klaus. “Zusammenfassung: die hochmittelalterliche Kolonisation in Ostmitteleuropa und ihre Stellung in der europäischen Geschichte”. IN: SCHLESINGER, Walter (org.). *Die deutsche Ostsiedlung des Mittelalters als Problem der europäischen Geschichte*. Sigmaringen: Jan Thorbecke Verlag, 1975, pp. 783-804.

Fontes

- HELBIG, Herbert; WEINREICH, Lorenz (ed). HELBIG, Helmut; WEINRICH, Loenz (eds.). *Urkunden und erzählenden Quellen zur deutschen Ostsiedlung im Mittelalter*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1975.
- HELMOLDO DE BOSAU. *Chronica Slavorum*. IN: PERTZ, Georg Heinrich (ed.). *Scriptores rerum Germanicarum in usum scholarum ex monumentis Germaniae historicis recudi fecit*. Hanôver/Lípsia: Bibliopolus Hahniani, 1868. Disponível em: <https://archive.org/details/helmoldipresbyt00pertgoog>.
- RIEDEL, Adolph (ed.). *Codex diplomaticus Brandenburgensis: Sammlung der Urkunden, Chroniken und sonstigen Geschichtsquellen für die Geschichte der Mark Brandenburg und ihrer Regenten*. Berlin: 1838–1869.
- SCHULTZE, Johannes (ed.). *Das Landbuch der Mark Brandenburg von 1375: Brandenburgische Landbücher*. Berlin: Gsellius, 1940.

Recebido em 31/03/2020.

Aceito em 24/05/2020.

¹ O artigo aqui publicado elabora algumas questões que ficaram por explorar na minha tese de doutorado *A Colonização Oriental e o Senhorio Rural em Brandemburgo (séculos XII–XIV)*. Nela há um desenvolvimento mais amplo da terminologia, da problemática geral, das fontes e do contexto histórico, elementos que, pela limitação do espaço, muitas vezes tivemos de tratar de forma sumaríssima neste artigo.

² Cf. também TSYGANENKO, G. P. *Etimologicheskii Slovar’ Russkoga Jazika*, v. “knjaz”, p. 180.

³ Para esquemas, cf. DETTELBACH, Werner. “Alltagsleben in Hochmittelalter”. IN: PLEITCHA, Henrich (org.). *Deutsche Geschichte*. Gütersloh: Bertelsmann, 1993, pp. 165-180, v. III; KOEPF, Hans. *Bildwörterbuch der Architektur*. Stuttgart: Kröner, 1985, 2ª ed., v. “Dorfform”, p. 123.

⁴ Por comodidade, por *LMB* abreviamos a edição do censal de 1375 publicado por SCHULTZE, Johannes (ed.). *Das Landbuch der Mark Brandenburg von 1375: Brandenburgische Landbücher*. Berlin: Gsellius, 1940.

⁵ HELMOLDO. *Chronica Slavorum*, liv. I, cap. 12, p. 25: “Sclavicum vero aratrum par boum aut unus conficit equus”, LXXXVIII, p. 174: “Porro Slavicum aratrum perficitur duobus bubus et totidem equis.”.

⁶ “cum homines quidam quarundam villarum, videlicet Cuzeresdorp, Honlege, Modenburg et item Modenburg, ad ecclesiam Distorp pertinentium nondum fidem catholicam ad plenum susceperint, sed adhuc quibusdam teneantur paganis ritibus irretiti”.

⁷ Para fins de comodidade, abreviamos por *CDB* a coletânea de fontes brandemburguesas em vários volumes editada por RIEDEL, Adolph (ed.). *Codex diplomaticus Brandenburgensis: Sammlung der Urkunden, Chroniken und sonstigen Geschichtsquellen für die Geschichte der Mark Brandenburg und ihrer Regenten*. Berlin: 1838–1869. O algarismo romano designa o volume.

⁸ Obviamente simplificamos muito aqui a função do senhorio fundiário na aquisição de *status* e outras exações para a manutenção da classe senhorial, mas o ponto é enfatizar, para o senhor, sua função imediata do lote era a renda. Na própria crise da Baixa Idade Média, o elemento disruptivo foi justamente a queda das rendas, não a contestação do poder senhorial.

⁹ “Octo sunt curie cossatorum, quilibet dat unum solide um agricolis.”; “Curie cossatorum sunt 16, quorum quilibet dat 1 solide um agricolis.”; “Cossatorum curie sunt 10, quilibet dat 1 solide um agricolis.”